

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE PREGÃO PELA INTERNET

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RG.....cargo/função.....

Empresa.....

Endereço.....

Fone.....fax.....obs.....

Bairro.....Cidade..... Estado

C.N.P.J.....CEP

O adquirente, acima qualificado, que subscreve a presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que CONFERIU E RETIROU, toda a documentação referente ao **Pregão Presencial n.º 121/2023**, atestando que foram fornecidas todas as informações necessárias e suficientes para elaboração da proposta comercial, bem como dos documentos necessários para habilitação.

Adquirente/assinatura

Ribeirão Pires,de2023.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, pelo e-mail licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires da responsabilidade da comunicação, por e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO N.º 121/2023

PROCESSO DE COMPRAS N.º: 4516/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

REPARTIÇÃO INTERESSADA: Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil.

TIPO: Menor Preço Por Item

Data de recebimento dos envelopes: 17/11/2023 às 14:30 horas

Data de abertura dos envelopes: 17/11/2023 às 15:00 horas

A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, através da sua Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, fará realizar na sala de reuniões da Secretaria de Finanças e Administração, situada na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, licitação na modalidade PREGÃO, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, para Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

O presente Pregão será processado e julgado em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93, a Lei Federal n.º 10.520/02, o Decreto Municipal n.º 5.269/03, e com as normas deste instrumento e demais normas legais atinentes à espécie.

Constituem anexos do presente Edital e dele fazem parte integrante os seguintes documentos:

ANEXO I – Modelo da Proposta e Planilha de quantidades que deverá ser apresentada pela proponente;

ANEXO II – Referência de Preços;

ANEXO III – Termo de Referência;

ANEXO IV – Modelo de documento de credenciamento de representante da empresa a ser apresentado pelos interessados para participação na presente licitação;

ANEXO V – Declaração Prévia de Habilitação;

ANEXO VI – Modelo de Declaração de ME e EPP;

ANEXO VII – Modelo de Declaração I;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração II;

ANEXO IX – Minuta de Contrato;

ANEXO X – Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO XI – Decreto de nomeação do pregoeiro e equipe de apoio.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Os interessados em obter cópia do edital e respectivos anexos deverão acessar o site: www.ribeiraopires.sp.gov.br.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão tem como objeto a **Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.**

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da presente licitação exclusivamente pessoas jurídicas que atenderem as exigências deste edital.

2.2. Será vedada a participação de empresas na licitação quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por ato do Poder Público;

2.2.2. Esteja sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;

2.2.3. Empresa que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, nos termos do art. 87, IV da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como a que esteja punida com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Municipal, nos termos do art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/1993 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

2.2.4. Reunidas em consórcio.

3. DAS DATAS DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. Os envelopes "PROPOSTA" E "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues, até o dia **17 de Novembro 2023**, às **14:30 horas**, impreterivelmente, na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, n.º 288, prédio do Paço Municipal, Centro, na cidade de Ribeirão Pires - SP, onde serão protocolizados.

3.2. A abertura dos envelopes se dará no mesmo dia às **15:00 horas**, no mesmo endereço acima indicado, na sala de licitações, em ato público.

4. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E DE DOCUMENTAÇÃO

4.1. DO ENVELOPE 01 "PROPOSTA DE PREÇOS"

O envelope 01 deverá conter a Proposta de Preços propriamente dita, bem como os demais documentos exigidos neste edital, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 01
PREGÃO N.º 121/2023
ENVELOPE "PROPOSTA DE PREÇOS"
PROPONENTE:.....

4.2. DO ENVELOPE 02 "DOCUMENTAÇÃO"

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

O envelope 02 deverá conter a documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e regularidade fiscal, em envelope hermeticamente fechado, contendo em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
ENVELOPE N.º 02
PREGÃO N.º 121/2023
ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO"
PROPONENTE:.....

5. DO CREDENCIAMENTO PARA MANIFESTAÇÃO NAS SESSÕES

5.1. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

5.1.1. Aberta a sessão pública, a empresa deverá se apresentar para credenciamento perante o Pregoeiro, por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar do presente procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato do credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou qualquer outro documento oficial equivalente (**ANEXO IV**);

5.1.2. No ato do credenciamento, o representante de cada licitante deverá apresentar Declaração Prévia de Habilitação (**ANEXO V**), "dando ciência que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e entregará os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório", em cumprimento ao estabelecido no Inciso VII do Artigo 4.º da Lei Federal 10.520/02. A não apresentação desta declaração, desclassificará a proposta da empresa.

5.1.3. Instrumento Público de Procuração, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado, para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos, com prazo de validade em vigor;

5.1.4. Instrumento Particular de Procuração, com firma reconhecida, pelo qual a empresa tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas (lances verbais) e para recorrer ou desistir de recursos;

5.1.5. Os Instrumentos relacionados nos itens 5.1.3 e 5.1.4 deverão estar acompanhados dos documentos a seguir arrolados, de forma a comprovar que a procuração foi feita por quem tinha poderes para tanto, bem como aferir se há pertinência e compatibilidade do objeto social da credenciada com o objeto licitatório, conforme segue:

5.2.3.1. Contrato Social ou Estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de Sociedade Empresária, e no caso de Sociedade Anônima acompanhado de documentos de eleição/designação de seus administradores (última Ata de Eleição);

5.2.3.2. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de Empresa Individual;

5.2.3.3. Inscrição de Ato Constitutivo, no caso de Sociedade Simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

5.2.3.4. Decreto de autorização, em se tratando de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

5.2.3.5. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser ainda, juntada cópia autenticada do instrumento de procuração, do qual não deve constar vedação expressa da possibilidade de substabelecer.

5.2.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, pelos documentos acima arrolados que comprovem estas qualidades, bem assim seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

5.3. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste Pregão, sob pena de exclusão sumária das representadas;

5.4. Os documentos supracitados poderão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente e serão retidos pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a esta licitação;

5.5. Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados.

5.6. Por ocasião do credenciamento dos representantes das empresas licitantes, a empresa deverá, para se submeter ao regime especial da Lei Complementar nº 123/06, apresentar além dos demais documentos já exigidos, declaração, sob as penas do art. 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte (**ANEXO VI**), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, bem assim, que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

5.6.1. A falsidade da declaração prestada, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

5.7. A falta da declaração comprobatória da qualificação da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da presente licitação, mas tão somente dos benefícios da referida Lei Complementar nº 123/06.

5.7.1. Caso a licitante tenha pretendido se utilizar do benefício da regularidade fiscal em momento posterior e não tenha sido qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será na fase de habilitação, INABILITADA.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

6.1. Cada licitante deverá apresentar, simultaneamente, 2 (dois) envelopes, devidamente fechados e indevassáveis, no endereço, data e hora estabelecidos no preâmbulo deste edital, com as respectivas identificações, contendo:

6.2. Do envelope N.º 01 – Proposta de Preços:

6.2.1. O envelope n.º 01 deverá conter a Proposta de Preços, nos termos do modelo constante do Anexo I.

6.2.2. A Proposta de Preços deverá indicar o(s) item(ns) ofertado(s), observadas as exigências estabelecidas neste instrumento, os respectivos preços unitários e totais expressos em algarismos.

6.2.3. A Proposta deverá ser apresentada em única via, sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, em papel de modo que identifique a licitante, redigida em apenas uma face da folha, em linguagem clara e que não dificulte a exata compreensão de seu enunciado e conterá:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.2.4.1. Razão social, endereço, CNPJ, telefone e fax.

6.2.4.2. O preço unitário e total, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

6.2.5. Os preços ofertados devem ter como referência os praticados no mercado, para pagamento em 30 (trinta) dias após a emissão da Nota Fiscal.

6.2.6. A proponente deverá ofertar seu preço, computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

6.2.7. Em caso de divergência entre o valor expresso em algarismo e por extenso, prevalecerá o por extenso e/ou divergência entre o valor unitário e total prevalecerá o valor unitário.

6.2.8. O prazo de validade da proposta deverá ser de, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes 01 - PROPOSTAS DE PREÇOS.

6.2.9. Nome e número do Banco, nome e número da agência e número da conta corrente da proponente. O descumprimento deste item não acarreta a desclassificação da proposta da licitante.

6.2.10. Assinatura e identificação do responsável pela empresa (sócio(a) ou diretor(a)) ou Representante devidamente habilitado.

6.2.11. Para fins de pagamento, haverá retenção de ISS, conforme legislação vigente no Município, em como IRF e INSS, nos casos que couber, respeitados os dispositivos legais.

6.3. Do envelope N.º 02 - Documentos de Habilitação:

6.3.1. A documentação relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

6.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

6.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

6.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.3.2. A documentação relativa à qualificação técnica consiste em:

6.3.2.1. Da capacidade técnica-operacional para o Item 01:

6.3.2.1.1. Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características do objeto, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, no(s) qual(is) comprove(m) que a empresa já executou de forma clara e objetiva a realização dos serviços compatíveis com o objeto em questão, ou seja, "E.Q.P. - Estágio de Qualificação Profissional", conforme

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

exigência da SENASP e do Departamento da Polícia Federal (obrigatória comprovação com documentação original ou cópia autenticada).

6.3.2.1.2. A compatibilidade a comprovar em quantidade deverá ser de **no mínimo 50% (cinquenta por cento)** da quantidade do objeto deste Edital, conforme **Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**.

6.3.2.1.3. Quanto a Avaliação Psicológica para Porte de Arma de Fogo Funcional (Item 02), a empresa licitante deverá comprovar experiência com atividade pertinente e compatível em características por meio de atestado de capacidade técnica em avaliação psicológica para obtenção e/ ou renovação do porte de arma de fogo realizado por psicólogo credenciado na Polícia Federal.

6.3.2.2. As empresas licitantes do Item 01, deverão **apresentar declaração** (ANEXO VIII) sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, caso vencedora do certame, deverá comprovar no ato da assinatura do Termo de Contrato:

a) Comprovação da licitante possuir em seu quadro de funcionários, instrutores especializados nas matérias abaixo elencadas, sendo obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios originais ou cópias autenticadas de certificados ou diplomas presenciais para todos as matérias relacionadas, no número mínimo de profissionais, como segue:

a.1) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores de Armamento e Tiro credenciados pelo Sistema Nacional de Armas (SINARM) do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal (DPF), conforme previsto na Lei 10.826/2003 e seus respectivos decretos, portarias e instruções normativas, inclusive a mais recente delas, a Portaria 9-CGCSP/DIREX/PF/DF, de 14 de abril de 2022, que disciplina a matéria de armamento e tiro nos cursos de formação (para os GCMs alunos) e requalificação (E.Q.P. para os GCMs já formados) para as Guardas Civis Municipais (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas de certificados de Instrutor de Armamento e Tiro da Polícia Federal);

a.2) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Procedimentos Operacionais, Abordagens e Uso Progressivo da Força, com certificações em Procedimentos Policiais e Cursos Táticos reconhecidos pelos Órgãos de Segurança Pública (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas dos certificados de Procedimentos Policiais e Cursos Táticos do Brasil ou do exterior);

a.3) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Direito e Legislação de Armamento com no mínimo bacharelado em direito, que será responsável pela ministração das aulas de Legislação Aplicada, Direitos Humanos e Legislação de Armamento (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Direito);

a.4) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Primeiros Socorros, sendo o profissional enfermeiro com registro válido no COREN (Conselho Regional de Enfermagem) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Enfermeiro e carteira do COREN);

a.5) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Educação Física e Defesa Pessoal com licenciatura plena e habilitação pelo CREF (Conselho Regional de Educação Física) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Educação Física e carteira do CREF);

a.6) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Gerenciamento de Crise, com certificado de conclusão de curso presencial de Gerenciamento de Crise reconhecido pelos órgãos públicos de segurança (comprovação mediante apresentação de documentos

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

originais ou cópias autenticadas do certificado de Gerenciamento de Crises ou Negociação de Reféns);

a.7) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de APH Tático (Atendimento Pré-Hospitalar Tático), sendo o profissional capacitado nos cursos de APH Tático, Resgate de Operacional Ferido em Combate ou TC3 (Tactical Combat Casualty Care - Cuidado de Vítimas de Combate Tático) - comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do(s) certificado(s);

a.8) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Psicologia com licenciatura plena e habilitação pelo CRP (Conselho Regional de Psicologia) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Psicologia e carteira do CRP), este psicólogo terá a função exclusiva de ministrar aulas de Psicologia.

a.9) Apresentação de diploma ou certificado de nível superior com no mínimo Mestrado na área de Segurança Pública do responsável pela Direção ou Coordenação Geral do Curso (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Mestrado na área de Segurança Pública).

a.10) Disponibilizará Estande de Tiro e Clínica para realização da avaliação psicológica, devidamente regularizado pelos órgãos competentes, em um **raio máximo de 25 km (vinte e cinco quilômetros)** de distância da sede da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, situada na Avenida Kaethe Richers, 1.200 - Portal, Estância Turística de Ribeirão Pires / S.P, e caso a distância for maior, se responsabilizará integralmente pelo transporte dos alunos.

6.3.2.2.1 As empresas licitantes do item 02, deverão **apresentar declaração** sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, caso vencedora do certame, deverá comprovar no ato da assinatura do Termo de Contrato.

a.1) Registro de licença de funcionamento emitida pela Vigilância sanitária Estadual ou Municipal compatível com os itens cotados pela Licitante, em plena validade e de acordo com a legislação vigente;

a.2) Certificado em plena validade de registro da empresa licitante (Pessoa Jurídica) junto ao Conselho Regional de Psicologia;

a.3) Certificado em plena validade de credenciamento do responsável técnico registrado no Conselho Regional de Psicologia da empresa licitante junto ao Departamento de Polícia Federal;

a.4) Indicação do responsável técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Psicologia.

a.5) Certidão de Regularidade de Inscrição da empresa licitante e do responsável técnico emitida pelo Conselho Regional de Psicologia, indicando no mínimo existência de processo(s) ético disciplinar.

a.6) Prova de inscrição da licitante no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, CNES, nos termos da portaria nº 1.645/2015 do Ministério da Saúde.

6.3.2.3. Os profissionais deverão fazer parte do quadro da empresa licitante, cuja comprovação do vínculo profissional poderá se dar por meio de contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços conforme **Súmula nº 25 do Tribunal de Contas do Estado de São**

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Paulo (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas de cada um dos instrutores e seus respectivos vínculos empregatícios com a licitante).

6.3.3. A apresentação de atestado(s) com conteúdo falso caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da sanção prevista de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública.

6.3.4. Apresentar **declaração** (ANEXO VII) sob as penas da lei, assinada pelo representante legal, de que:

- a) inexistem impedimentos para contratar com a Administração Municipal.
- b) cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.
- c) que se obriga a manter durante todo o período de execução do Termo de Compromisso, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação desde certame.
- d) quem assinará o termo de compromisso na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pela CONTRATADA:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____ RG: _____
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço residencial completo: _____
E-mail institucional: _____
E-mail pessoal: _____
Telefone(s): _____

6.3.5. A documentação relativa à Regularidade Fiscal consiste em:

6.3.5.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.5.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital;

6.3.5.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

6.3.5.4. Certidão Negativa ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Tributários Inscritos e/ou não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de domicílio ou sede da licitante;

6.3.5.5. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

6.3.5.6. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

6.3.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3.6. A documentação relativa à Regularidade Econômica - Financeira consiste em:

6.3.6.1. Comprovação da Proponente possuir Capital Social ou Patrimônio Líquido registrado no respectivo órgão competente até a data desta licitação, correspondente à 10% (dez por cento) do valor arrematado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.3.6.2. Balanço patrimonial e demonstração do resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

6.3.6.2.1. No caso de sociedades por ações o balanço poderá ser apresentado apenas por sua publicação em jornal na forma prevista em lei.

6.3.6.2.2. O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no “Livro Diário”, acompanhados de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, os quais deverão estar registrados nos Órgãos oficiais competentes.

6.3.6.2.3. No caso da empresa estar enquadrada na obrigatoriedade de efetuar a Escrituração Contábil Digital, transmitida através do Sistema Público de Escrituração Contábil Digital (SPED), deverá apresentar além dos documentos/demonstrações já exigidas, apresentar também cópias reprográficas do Termo de Abertura e Termo de Encerramento (gerado pelo sistema público de escrituração digital – SPED), Recibo de Entrega de Livro Digital (gerado pelo sistema SPED) e cópias do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis extraídas do livro Diário Eletrônico.

6.3.6.3. Certidão negativa de falência ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor judicial da sede da pessoa jurídica.

6.3.6.3.1. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o plano de recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital (Conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

6.3.7. Será aceita certidão positiva com efeito de negativa.

6.3.8. Quando a licitante for empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos por tradutor juramentado.

6.3.8.1. Nesse caso, a licitante deverá ter representante residente e domiciliado no País, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando os instrumentos de mandato com os documentos de habilitação.

6.3.9. Todos os documentos exigidos aos licitantes poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.3.10. Nas certidões e demais documentos emitidos por órgãos ou instituições de direito público, será considerado como prazo de validade o limite da data expresso no próprio documento. Na ausência, somente serão considerados como válidos os documentos emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura dos envelopes.

6.3.11. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

7. DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1. Os procedimentos a serem adotados para a realização do pregão observarão o disposto no Decreto Municipal n.º 5.269/03 e os seguintes:

7.1.1. No dia, hora e local designados neste edital, as licitantes deverão estar legalmente representadas por sócio, diretor ou por terceiros devidamente credenciados, com poderes

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

específicos para formulação de lances verbais e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.1.2. Instalada a sessão pública do pregão, após o credenciamento dos participantes, o pregoeiro procederá à abertura dos envelopes das propostas comerciais. Em seguida, será verificada a conformidade das propostas com os requisitos deste edital.

7.1.2.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas, no ato, por simples manifestação do proponente.

7.1.2.2. As propostas serão classificadas provisoriamente, em ordem crescente de preços.

7.1.3. No curso da sessão, uma vez definida a classificação provisória, o pregoeiro convidará individualmente os licitantes ofertantes de propostas de preços até 10% superiores a menor proposta, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.1.3.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.1.3.2. Não serão homologados lances com valores superiores a média apurada pela Administração, (Referência de Preços) conforme Anexo II, que faz parte deste edital.

7.1.4. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.1.4.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

7.1.5. No caso de empate em duas ou mais propostas, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

7.1.5.1. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item 7.1.4 deste edital, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrem na hipótese do item 7.1.4.1 deste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.1.5.2. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrarem no percentual estabelecido no subitem 7.1.4.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar proposta melhor.

7.1.5.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada pelo Pregoeiro para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

7.1.6. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade da proposta que oferecer menor preço com o parâmetro de preço definido no termo de referência constante nos autos, bem como sua exequibilidade.

7.1.7. O pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais até o momento em que não haja novos lances de preços menores aos já ofertados.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.1.7.1. Não serão aceitos lances cujos valores forem iguais ou maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado.

7.1.7.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante das rodadas posteriores de oferta de lances verbais relativos a este item, ficando sua última proposta registrada para classificação definitiva ao final da etapa.

7.1.7.3. Todos os lances ofertados serão registrados em uma lista de classificação provisória que, ao final, será substituída por uma lista de classificação definitiva.

7.1.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) entre os lances, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro.

7.1.9. Os representantes dos licitantes poderão comunicar-se livremente com suas sedes por meio de seus telefones celulares ou outro meio eletrônico disponível desde que não atrapalhem o bom andamento da sessão de julgamento.

7.1.10. Declarada encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro procederá à classificação definitiva das propostas, a qual terá como critério o menor preço, observados os prazos máximos para entrega, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

7.1.11. Examinada a proposta classificada definitivamente em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

7.1.12. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação do proponente classificado em primeiro lugar.

7.1.13. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante classificado e habilitado será declarado vencedor.

7.1.14. Se o licitante desatender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.1.15. Ao licitante que tiver a intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, e demais atos decorrentes da sessão, somente lhe será dada a palavra ao final da sessão, quando este poderá manifestar-se.

7.1.16. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes franqueada vista imediata aos autos;

7.1.16.1. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

7.1.16.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante conforme previsto no item 7.1.16, importará na decadência do direito de recurso e na declaração do pregoeiro do licitante vencedor;

7.1.17. Decididos, quando for o caso, os recursos, o pregoeiro declarará o vencedor da licitação, encaminhando os autos do processo à autoridade competente, para homologação do

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

certame e adjudicação do objeto, podendo revogar a licitação nos termos da Legislação em vigor;

7.1.18. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação dos licitantes desclassificados e dos classificados não declarados vencedores permanecerão sob custódia da Administração, até a expirar-se a validade das propostas apresentadas;

7.1.18.1 Superada a etapa da assinatura do termo de compromisso, as licitantes deverão retirar os envelopes, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, após o qual os mesmos serão eliminados;

7.1.19. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação incompleta ou com borrões, rasuras em partes essenciais, e desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital;

7.1.20. Nas situações previstas nos itens 7.1.5 e 7.1.6, o pregoeiro negociará diretamente com o proponente para que seja obtido o melhor preço;

7.1.21. Para efeito da avaliação da qualidade dos produtos licitados, poderá a Contratante realizar inspeções e demais diligências nas instalações das Licitantes, se julgar necessárias, ou solicitar a juntada de laudos técnicos expedidos por entidades oficiais ou particulares, de reconhecida idoneidade;

7.1.22. O Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, verificar a exatidão das informações prestadas pelos licitantes. Caso seja constatada a inveracidade de alguma informação, o licitante sofrerá as penalidades cabíveis.

8 - DO JULGAMENTO

8.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, obtido de acordo com o Anexo I.

8.2. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da melhor oferta, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.1. Caso não sejam realizados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e o valor estimado da aquisição.

8.2.2. Caso haja apenas uma proposta, esta será aceita desde que atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da aquisição.

8.2.2.1. Caso o pregoeiro entenda que o preço é inexequível, deverá estabelecer prazo para que o licitante demonstre a exequibilidade de seu preço.

8.2.2.2. Para demonstração da exequibilidade do preço ofertado, serão admitidos:

8.2.2.2.1. Planilha de custos elaborada pelo licitante, que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do avençado;

8.2.2.2.2. Documento que comprove contratação em andamento com preços semelhantes;

8.2.3. Verificada a inexequibilidade do preço, o pregoeiro poderá convocar os licitantes detentores das ofertas imediatamente superiores, na ordem de classificação, para apresentação da documentação e proposta comercial.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

8.2.4. Se a melhor proposta ou lance não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências habilitatórias, serão convocados os demais licitantes, na ordem de classificação, para exame de seus documentos de habilitação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.2.5. Após a apuração da melhor proposta válida, observada a classificação das propostas até o momento, será assegurado às Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte o direito de preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

8.2.5.1. O pregoeiro convocará a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte detentora da melhor proposta dentre aquelas que estejam na situação de empate, ou seja, cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) em relação ao valor apresentado pelo proponente vencedor, para que apresente novo lance, inferior, ao melhor lance, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.

8.2.5.2. Realizado novo lance, nos termos do subitem anterior, o pregoeiro examinará a aceitabilidade deste, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.2.5.3. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

8.2.5.4. Se a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte não apresentar proposta de preços ou não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará as pequenas empresas remanescentes que estiverem na situação de empate prevista no subitem 8.2.5.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.2.5.5. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2.5.6. Caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte dentro da situação de empate ou não ocorra a apresentação de novo lance ou não sejam atendidas às exigências documentais de habilitação, será declarado vencedor o licitante originalmente detentor da melhor oferta.

8.2.5.6.1. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por Microempresa ou por Empresa de Pequeno Porte.

9. DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. A homologação do presente certame proceder-se-á pela autoridade competente, ato que será praticado após o julgamento e decurso dos prazos recursais ou a decisão dos recursos eventualmente interpostos.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

10.1. A licitante classificada nos termos da presente licitação será convocada para, no prazo de até cinco (05) dias úteis, contados da data de sua convocação, assinar o Termo de Contrato (Anexo IX) do item vencedor. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, desde que solicitado por escrito pela adjudicatária durante seu transcurso e que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

10.1.1. Para assinatura do Termo de Contrato, a licitante vencedora, deverá comprovar o solicitado no item 6.3.2.2 e subitens do edital.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

10.2. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o TERMO DE CONTRATO ou em cumprir as ORDENS DE SERVIÇOS dela oriundos no prazo fixado na convocação específica caracterizará inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a as penalidades previstas neste Edital (e seus anexos) e na legislação vigente.

10.2.1. Ocorrendo essa hipótese, o processo retornará ao pregoeiro, que convocará os licitantes e procederá ao exame das demais propostas, bem como da habilitação de seus ofertantes, segundo a ordem da classificação, até que uma proposta atenda integralmente, ao edital, sendo o seu autor declarado vencedor e convocado para assinar o Termo de Contrato.

10.3. O licitante vencedor que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de executar os serviços ou apresentar documentação falsa exigida neste Edital, não mantiver sua proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou se recusar a assinar o Termo de Contrato ou a cumprir os pedidos de serviços dela oriundos estará sujeito às seguintes penalidades:

a) suspensão do direito de licitar e contratar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, pelo prazo de dois (2) anos;

b) multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor de sua proposta.

10.4. As importâncias relativas às multas serão pagas pela empresa licitante, após a respectiva notificação, no prazo que lhe for assinalado, sob pena de inscrição na Dívida Ativa e cobrança judicial.

10.5. As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

10.6. Responsabilizar-se-á, direta e exclusivamente, pela execução dos serviços, objeto deste certame, respondendo por seus empregados e prepostos, nos termos da Lei, por todos os danos e prejuízos que venham, direta ou indiretamente, provocar ou causar a Prefeitura ou a terceiros, devendo, especialmente:

10.6.1. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas e previdenciários respectivos, recolhendo todos os tributos devidos por Lei, dentro dos prazos estabelecidos;

10.6.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou avarias causadas pelos seus empregados ou prepostos;

10.7. É vedado ao licitante vencedor transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto do termo de compromisso;

10.8. Executar o serviço objeto deste edital, de acordo com as instruções estabelecidas pela Prefeitura, em consonância com conteúdo da proposta apresentada na Licitação.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Para recebimento do pagamento pelos serviços prestados, a licitante vencedora emitirá as respectivas faturas.

11.2. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

11.2.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal, emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças e Administração, sito à Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta do interessado, que deverá ser fornecido pelo mesmo por escrito.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

11.2.2. Para fins de pagamento a licitante vencedora deverá apresentar, em cada caso, juntamente com a nota fiscal, relatório contendo:

- a) Relatório das atividades executadas
- b) Relação dos profissionais que ministraram os cursos
- c) Relação dos servidores que realizaram as avaliações

11.3. Os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, terão seus valores atualizados monetariamente, de acordo com a variação do IPC-SP medido pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, ou, no caso de extinção deste índice que vier a substituí-lo, até a data prevista no contrato até a data do efetivo pagamento, mais os juros e compensações financeiras.

11.4. As eventuais antecipações de pagamento, solicitadas expressamente pela licitante vencedora, quando devidamente autorizada pela Administração, sofrerão descontos correspondente a taxa de remuneração das aplicações financeiras da Prefeitura.

12. PENALIDADES

12.1. A licitante vencedora, que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas as penalidades previstas na Cláusula Sétima da Minuta de Contrato, que faz parte integrante deste edital.

13. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Além do recurso administrativo já referido neste edital, dos atos administrativos decorrentes do processamento desta licitação caberão os recursos previstos pelo Decreto Municipal n.º 5.269/03, e pela Lei Federal n.º 8.666/93 observados os procedimentos aqui previstos.

13.2. Os recursos cabíveis, decorrentes dos atos oriundos da presente licitação, serão dirigidos ao Senhor Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, por intermédio do Pregoeiro, devendo ser protocolizados na Gerência de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288, prédio do Paço Municipal – Centro, no horário das 09:00 às 16:00 horas dos dias úteis.

13.3. Da decisão de declarar o licitante vencedor, caberá recurso fundamentado dirigido ao Senhor Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil. O recurso deverá ser apresentado no prazo de até 03 (três) dias úteis, ao licitante que se manifestar para apresentar as razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar ao término do prazo do recorrente.

13.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante em recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

14. ADVERTÊNCIA

14.1. O Município da Estância Turística de Ribeirão Pires/SP, **ADVERTE**, à todas as licitantes interessadas, que não está hesitando em penalizar pessoas jurídicas que descumpram com o pactuado.

14.1.1. Portanto, as pessoas jurídicas interessadas na participação desta licitação deverão apresentar durante a sessão suas propostas e lances de forma clara e consciente, com a certeza de que poderão cumprir com o fornecimento do objeto, da forma como foi determinado em edital e dentro do(s) prazo(s), preço(s) e padrão(ões) de qualidade exigido(s).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

14.2. Vale alertar que os pedidos de realinhamento/reequilíbrio de preços são exceções à regra, e são destinados sempre a situações excepcionalíssimas, onde somente serão deferidos, se em total consonância com a Lei e desde que solicitado tempestivamente.

14.3. Ratificamos então, para que as propostas sejam efetivadas de forma séria e consciente, evitando redução de preço se não tiver a plena certeza do cumprimento integral com o pactuado, visando evitar problemas futuros, tanto para o Município como para as contratadas.

14.4. Vale observar também que esse processo não se trata de “Sistema de Registro de Preços”, onde decorrerá do mesmo instrumento de contrato, na forma do art. 62 da Lei de Licitações 8.666/93 e suas alterações, portanto, em caso de necessidade de rescisão contratual por culpa da contratada será observado os ditames dos artigos 77 à 80 da Lei em epígrafe.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outro Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica) do Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires correspondente ao exercício de 2023 e exercício vindouro.

15.2. Não serão levados em consideração os documentos e propostas que não estiverem de acordo com as condições deste edital e seus anexos, quer por omissão, quer por discordância.

15.3. Os proponentes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de documentos e propostas.

15.4. O Pregoeiro poderá, no interesse da PMETRP em manter o caráter competitivo desta licitação, relevar omissões puramente formais nos documentos e propostas apresentadas pelos licitantes. Poderá também realizar pesquisa na Internet, quando possível, para verificar a regularidade/validade de documentos ou fixar prazo aos licitantes para dirimir eventuais dúvidas. O resultado de tal procedimento será determinante para fins de habilitação.

15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos no presente edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á do vencimento, e considerar-se-á dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem os prazos aqui referidos em dia de funcionamento da PMETRP.

15.6. A licitante vencedora e seus sucessores se responsabilizarão por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título, venham causar à imagem da PMETRP e/ou terceiros, em decorrência da execução indevida do objeto da licitação.

15.7. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o interessado que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior à data da sessão do pregão, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

15.7.1. As solicitações de esclarecimentos e Informações poderão ser encaminhadas via e-mail através do endereço: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br.

15.7.2. Até dois dias úteis antes data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, no e-mail: licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br; ou pessoalmente na Gerencia de Suprimentos, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – Paço Municipal – Centro – Ribeirão Pires – S.P. – CEP: 09400-110, no horário das 08:00 às 17:00 horas dos dias úteis.

15.7.2.1. Pessoa Jurídica: as impugnações deverão vir acompanhadas de documento que comprove a capacidade jurídica do signatário da impugnação, em representar a impugnante. Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

15.7.2.2. Pessoa Física: a impugnação deverá estar acompanhada dos documentos pessoais (RG, CPF, comprovante de residência). Quando os documentos forem cópias, as mesmas deverão vir devidamente autenticadas.

15.7.2.3. Caso a impugnação não vir acompanhada dos documentos constantes nos itens 15.7.2.1 e 15.7.2.2, a mesma não será recebida, ou quando o caso, julgada sem apreciação do mérito.

15.7.2.4. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação do prazo de até vinte e quatro horas.

15.7.2.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

15.8. Independentemente de declaração expressa, a apresentação de proposta comercial e de documentos implica a aceitação plena e total das condições e exigências deste edital e seus anexos, a veracidade e autenticidade das informações constantes na proposta comercial e documentos apresentados e, ainda, a inexistência de fato impeditivo à participação da empresa, bem como de que deverá declará-lo quando ocorrido.

15.9. O pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, solicitar aos licitantes, por escrito, informações adicionais sobre a proposta comercial e as documentações apresentadas. O não atendimento da solicitação no prazo estabelecido poderá, a critério do pregoeiro, implicar desclassificação do licitante.

15.10. Todas as referências a horário neste edital consideram o horário de Brasília-DF.

15.11. A PMETRP se reserva o direito de revogar unilateralmente esta licitação, a qualquer momento, não cabendo aos licitantes quaisquer direitos, vantagens ou reclamações, a que título for.

15.12. É facultado ao pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originalmente dos envelopes.

15.13. Os autos do processo de licitação somente terão vista franqueada aos interessados a partir da intimação das decisões recorríveis.

15.14. Nos termos do Decreto Municipal n.º 7.107/2021, o pregoeiro designado para a presente licitação é o Sr. Douglas Menezes Souza, auxiliado pela equipe de apoio nomeada pelo Decreto n.º 7.276/2022. Na ausência do Pregoeiro designado, procederá a licitação qualquer outro pregoeiro presente, nomeado pelo decreto acima.

Ribeirão Pires, 01 de Novembro de 2023.

DOUGLAS MENEZES SOUZA
Pregoeiro

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º....., inscrição estadual n.º, estabelecida à Av./Rua, n.º, bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires**, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as exigências do presente edital, conforme planilha abaixo:

ITEM	QTDE.	APRES.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	138	Aluno	Curso E.Q.P. – Estágio de Qualificação Profissional.		
2	138	Aluno	Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo funcional para a Guarda Civil Municipal.		
			VALOR TOTAL DA PROPOSTA:		

1 - O preço ofertado tem como referência o prazo para pagamento em até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento, inclusive tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre o fornecimento.

3 - O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".

4 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO N.º

NOME DA AGÊNCIA N.º

NÚMERO DA CONTA

Local, ____ de _____ de 2023.

(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO II – REFERÊNCIA DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de curso de estágio de qualificação profissional (EQP) com avaliação, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

ITEM	QTDE.	APRES.	DESCRIÇÃO	R\$ UNITÁRIO	R\$ TOTAL
1	138	Aluno	Curso E.Q.P. – Estágio de Qualificação Profissional.	4.179,66	576.793,08
2	138	Aluno	Avaliação Psicológica para porte de arma de fogo funcional para a Guarda Civil Municipal.	490,00	67.620,00
			VALOR TOTAL DOS ITENS:		644.413,08

Valor por Extenso: (Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Treze Reais e Oito Centavos).

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 01

1. DO OBJETO:

1.1. Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Cíveis Municipais de Ribeirão Pires, sendo que o E.Q.P. será realizado em **80 (oitenta) horas/ aula por turma**, em um total de **06 (seis) Turmas**; de acordo com a programação elaborada pela Administração Pública, sendo realizado com o cumprimento pleno das condições e especificações técnicas e demais exigências estabelecidas neste Edital.

2. OBJETIVO:

2.1. O Estágio de Qualificação Profissional, além de dar cumprimento a uma exigência legal anual definida pela Portaria 9-CGCSP/DIREX/PF/DF, de 14 de abril de 2022, estabelece também o Currículo da Disciplina de Armamento e Tiro do Estágio Anual para o EQP, visando também aprimorar os conhecimentos dos Guardas Cíveis Municipais que atuam em operações de segurança no cotidiano do Município de Ribeirão Pires, para a qualificação e aprimoramento profissional, com a utilização de técnicas operacionais e matérias jurídicas, tais como: direito, direitos humanos, legislações (especiais, de armamento e de trânsito), psicologia, gerenciamento de crises, negociação de reféns, procedimentos com artefatos explosivos, escalonamento no uso da força, APH Tático, contenção, imobilização, prisão de infratores da lei, primeiros socorros, procedimentos operacionais, abordagens, fisiologia de combate, armamento e tiro, tudo pautado no respeito à vida, integridade física e direitos humanos e de cidadania.

2.2. ; O Curso será ministrado em 02 (duas) fases, respectivamente “teórica e prática”, contemplando os temas descritos abaixo:

3. GRADE CURRICULAR DO CURSO

Visando dinamizar e dar celeridade ao Curso, parte dele, dentro dos critérios permitidos deverá ser realizado em Plataforma de Ensino à Distância (E.A.D.) nas formas legais:

O Curso deverá ter todo o seu desenvolvimento em plena conformidade com a Grade da SENASP que rege o tema **E.Q.P. - Estágio de Qualificação Profissional** (sendo uma requalificação anual obrigatória para os operadores da área da segurança pública) e incluirá também a matéria de armamento e tiro em território nacional, bem como contemplará todas as leis, decretos, portarias e normas inclusive a mais recente delas, a Portaria nº 9-CGCSP/DIREX/PF/DF, de 14 de abril de 2022, como segue:

3.1. Matéria 1 - Legislação Penal e Aplicação da Lei (Direito e Direitos Humanos) e Legislação de Armamento;

3.1. Matéria 2 - Doutrina de Procedimentos Operacionais (POP) e Técnicas de Patrulhamento/ APH Tático (Atendimento Pré Hospitalar Tático) e TC3 (Tactical Combat Casualty Care - Cuidado de Vítimas de Combate Tático);

3.2. Matéria 3 - Primeiros Socorros/ Combate a Incêndios e Defesa Civil;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

3.3. **Matéria 4 - Gerenciamento de Crises/ Negociação de Reféns/ Ocorrências envolvendo Explosivos;**

3.4. **Matéria 5 - Trânsito e Legislação de Trânsito;**

3.5. **Matéria 6 - Defesa Pessoal, Condicionamento Físico e Qualidade de Vida;**

3.6. **Matéria 7 - Psicologia, Chefia e Liderança, Form. de Equipes e Controle de Estresse; e**

3.7. **Matéria 8 - Emprego de Equipamentos Letais e Não Letais (Armamento e Tiro)/ Fisiologia do Combate.**

O Detalhamento das Matérias a serem ministradas, por tópicos, se dará da seguinte forma, plenamente de acordo com a sugestão da Grade SENASP:

MODELO PARA O E.Q.P. BASEADO NA GRADE SENASP E SUPERVISIONADA PELA POLÍCIA FEDERAL		
E.Q.P. (ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL) PARA GCMs		
MATÉRIAS		
Matéria 1 - Legislação Penal e Aplicação da Lei (Direito e Direitos Humanos); e Legislação de Armamento.		C/ H
1.1	Direito Constitucional, Penal, Processual Penal e Definição do Estado Democrático de Direito	2
1.2	Definição dos Direitos e Garantias Individuais e Coletivos	1
1.3	Código de Conduta Ética para os Encarregados da Aplicação da Lei - ONU	1
1.4	Direitos e Garantias Individuais e Coletivos	1
1.5	Evidências e Prevenção a Violência Doméstica - Lei Maria da Penha	1
1.6	Gênero, Discriminação, Diversidade Sexual e Igualdade Racial	1
1.7	Corregedoria Geral e Normas Disciplinares	1
1.8	Estatuto do Desarmamento	1
Avaliação da Matéria 1		1
Total de horas/ aula da Matéria 1		10
Matéria 2 - Doutrina de Procedimentos Operacionais (POP) e Técnicas de Patrulhamento		C/ H
2.1	Doutrina de Patrulhamento/ APH Tático (Atendimento Pré Hospitalar Tático) e TC3 (Tactical Combat Casualty Care - Cuidado de Vítimas de Combate Tático)	1
2.2	Procedimentos Operacionais e Técnicas de Patrulhamento	1
2.3	Técnicas de Busca Pessoal, Abordagem a Indivíduo Suspeito e Infrator da Lei	1
2.4	Abordagem de Veículo de 2 rodas (motos)	1
2.5	Abordagem de Veículo de 4 rodas (carros)	1
2.6	Abordagem de Veículos Utilitários e Especiais (ônibus e caminhões)	1
2.7	Práticas de Patrulhamento Comunitário	1
2.8	Mediação e Resolução de Conflitos/ Uso Progressivo da Força/ Teatro de Operações	1

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

2.9	Estudo de Casos/ Apresentação de Ocorrências em Delegacias Policiais (DPs)	1
Avaliação da Matéria 2		1
Total de horas/ aula da Matéria 2		10
Matéria 3 - Primeiros Socorros/ Combate a Incêndios e Defesa Civil		C/ H
3.1	Cuidados Iniciais	1
3.2	Montando kit de primeiros socorros	1
3.3	Massagem cardíaca e procedimentos em casos de ataque cardíaco	1
3.4	Como lidar com pessoas engasgadas	1
3.5	Parto em Local Imprevisto	1
3.6	Serviços de Emergência e Procedimentos no Combate a Incêndios e Defesa Civil	1
3.7	Procedimentos em sangramentos e queimaduras	1
3.8	Procedimentos em desmoronamentos, estado de emergência e ações de Defesa Civil	1
3.9	Processos Emergenciais	1
Avaliação da Matéria 3		1
Total de horas/ aula da Matéria 3		10
Matéria 4 - Gerenciamento de Crises		C/ H
4.1	Conceito de Crise e Ações preliminares em Eventos Críticos	1
4.2	Como lidar com eventuais suicidas	1
4.3	Como agir em eventos críticos (atentados em escolas, áreas comerciais, locais públicos)	1
4.4	Estudos de Caso de Eventos Críticos	1
Avaliação da Matéria 4		1
Total de horas/ aula da Matéria 4		5
Matéria 5 – Trânsito		C/ H
5.1	Legislação de Trânsito Aplicada	1
5.2	Principais conceitos e definições	1
5.3	O Papel Educador do Agente	1
5.4	Operação e Fiscalização de Trânsito e Transporte	1
Avaliação da Matéria 5		1
Total de horas/ aula da Matéria 5		5
Matéria 6 - Defesa Pessoal, Condicionamento Físico e Qualidade de Vida		C/ H
6.1	Ordem Unida	1
6.2	Técnicas de Defesa Pessoal	1
6.3	Análise crítica e tomada de decisão quanto a técnica adotada	1

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

6.4	Procedimentos nos casos de agressão física ou verbal contra o agente público	1
6.5	Técnicas de Imobilização com as mãos limpas	1
6.6	Técnicas de Imobilização com a utilização de tonfa, algema e bastão retrátil	1
6.7	Uso da Defesa Pessoal perante o público em centros urbanos	1
6.8	Treinamento Funcional, medição da taxa de bioimpedância e qualidade de vida	2
Avaliação da Matéria 6		1
Total de horas/ aula da Matéria 6		10
Matéria 7 - Psicologia, Chefia e Liderança, Formação de Equipes e Mecanismos de Controle de Estresse		C/ H
7.1	Introdução à Psicologia	1
7.2	Equipamentos Sensoriais Humanos	1
7.3	Estrutura do Grupo Social e seus Elementos, Formação e Funcionamento	1
7.4	identificando os Papéis Sociais que cada um exerce na Sociedade	1
7.5	A Inteligência Emocional como Ferramenta De Apoio no Desenvolvimento dos Papéis Sociais	1
7.6	As Cinco Áreas de Habilidades da Inteligência Emocional	1
7.7	Chefia e Liderança e Motivação Humana	1
7.8	Formação de Equipes Motivadas, Competitivas e Harmônicas	1
7.9	Controle de Estresse, seus Principais Sinais, Prevenção, Estresse Pós Traumático	1
Avaliação da Matéria 7		1
Total de horas/ aula da Matéria 7		10
Matéria 8 - Emprego de Equipamentos Letais e Não Letais (Armamento e Tiro)		C/ H
8.1	Regras de Segurança	2
8.2	Balística Forense (balística interna, transição, externa e terminal) / Fisiologia do Combate	2
8.3	Acessórios (coldre, cinturão, lanterna, alicate multiuso, bastão retrátil)	1
8.4	Triângulo de Tiro (segurança/ precisão/ velocidade)	1
8.5	Tipos de empunhadura (simples, dupla, mão boa/ fraca)	1
8.6	Equipamentos de pontaria (alça, massa, tipos de miras e lunetas)	1
8.7	Focalização de alvo e zona de acerto (olho diretor, puxada de gatilho, respiração e correções)	2
8.8	Laboratório de Tiro - Todas as armas da Instituição	2
8.9	Técnicas de Armamento e Tiro - Todas as armas da Instituição	2
8.10	Tiro Defensivo e Aplicação do T.A.T. (Teste de Aptidão de Tiro) - Todas as armas da Instituição	2
8.11	Prova Prática/ Lei Federal nº 10.826/03 e Portaria 9 de 14abr2022	2
Avaliação da Matéria 8		2

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Total de horas/ aula da Matéria 8	20
TOTAL GERAL DE HORAS/ AULA	80

TIROS POR GCM:

- Mínimo de 100 tiros por GCM apto na Avaliação Psicológica e com habilitação para o emprego de arma curta semiautomática.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- A CONTRATADA deverá ministrar o Estágio de Qualificação Profissional obedecendo os critérios de segurança em vigor e, nas aulas práticas de armamento e tiro, com emprego de 02 (dois) Instrutores por turma, credenciados junto ao Departamento de Polícia Federal e com experiência profissional em atividades policiais e de ensino;
- O Curso deverá ser ministrado nas dependências da Secretaria de Segurança, Mobilidade Urbana e Defesa Civil do município da Estância Turística de Ribeirão Pires ou no local por ela designado, com exceção do Tiro prático que deverá ser realizado em Estande de Tiro regularizado pelos órgãos competentes;
- Fornecer alvos, silhuetas e obréias, em quantidade necessária para realização do curso;
- Fornecimento de material didático com o conteúdo detalhado das aulas, em conformidade com a grade curricular (apostilas) físicas ou digitais;
- Deverá fornecer os Certificados/Relatórios de Conclusão de acordo com a Grade Curricular da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP;
- Prestar esclarecimentos quanto à execução do objeto, sempre que solicitado;
- Dispor de Estande de Tiro devidamente regularizado junto aos órgãos competentes;
- Transporte dos alunos para o caso do Estande de Tiro disponibilizado ser fora do município de Ribeirão Pires; e
- Correrão por conta da licitante vencedora todas as demais despesas relativas à execução do objeto tais como, materiais, mão de obra, despesas providenciárias e trabalhistas, entre outras;

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- Os servidores participantes (alunos) deverão apresentar-se para o Estágio utilizando uniforme operacional, equipados com EPI completo (colete balísticos, cinturão operacional com seus assessórios, armados de pistola, de acordo com sua habilitação);
- A Guarda Civil Municipal deverá providenciar lista de presença;
- Deverá também apresentar os GCMs com o devido exame médico demonstrando que o profissional de segurança está em condições plenas para receber a carga de treinamentos a que será submetido, bem como a devida Avaliação Psicológica dos GCMs demonstrando estarem aptos para o treinamento de Tiro prático; caso não esteja apto, o

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

GCM em questão poderá participar de todo o curso, exceto os disparos reais por proibição legal;

- Sala de aula que acomode confortavelmente em torno de 30 (trinta) alunos;
- Sala de aula com equipamentos audiovisuais (computador e datashow);
- Transporte dos alunos para o Estande de Tiro;
- Exercer ampla fiscalização da execução contratual, por meio de servidor designado para este fim;
- Atestar as notas fiscais/fatura mediante a efetiva entrega do objeto contratado;
- Efetuar os pagamentos devidos;
- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução contratual, em especial sobre aplicações de sanções; e
- Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

6. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO:

6.1. A vigência do Termo de Contrato será por um período de 12 (doze) meses;

6.2 O curso será desenvolvido **em até 06 (seis) turmas** com um número em torno **de 20 (vinte) a 30 (trinta) alunos por turma**, tendo cada uma das turmas uma **carga horária mínima de 80 (oitenta) horas/aula**, totalizando **480 (quatrocentas e oitenta) horas/aula**, onde deverão ser atendidos todos os Guardas Cíveis Municipais de Ribeirão Pires que estiverem aptos e em condições de realizá-lo no transcorrer do desenvolvimento do curso.

6.3 Os pagamentos serão fracionados realizados pela quantidade de alunos efetivamente que realizarão o curso, sendo a previsão de quantidade de turmas e alunos conforme item 10.2 deste termo.

6.4 Serão realizados no mínimo **100 (cem)** tiros por aluno que estejam aptos nas avaliações física/ psicológica e em condições plenas para executá-los;

6.5 A administração pública distribuirá o efetivo empregado em até **06 (seis) turmas** designadas de acordo com sua necessidade e conveniência, podendo a quantidade variar de uma turma para outra em um número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) GCMs por turma, podendo variar moderadamente para mais ou para menos, de modo que não ocorra perda na qualidade do serviço prestado, de modo que não tenha nenhuma turma com um número acima de 35 (trinta e cinco) alunos.

7 DETALHAMENTO DAS HORAS/ AULA DIÁRIAS A SEREM CUMPRIDAS:

O período de treinamento ocorrerá no horário **das 08:00h às 17:00h** com intervalo de 1 (uma) hora para almoço, com 10 horas/ aula por dia, tendo cada hora/ aula a duração de 45 minutos e dois intervalos de 15 minutos (um no período da manhã e outro no período da tarde), como segue:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Cada dia de instrução terá 10 (dez) horas/ aula.

HORA/ AULA	HORÁRIO
aula 01	08:00h às 08:45h
aula 02	08:45h às 09:30h
aula 03	09:30h às 10:15h
Intervalo	10:15h às 10:30h
aula 04	10:30h às 11:15h
aula 05	11:15h às 12:00h
ALMOÇO	12:00h às 13:00h
aula 06	13:00h às 13:45h
aula 07	13:45h às 14:30h
aula 08	14:30h às 15:15h
Intervalo	15:15h às 15:30h
aula 09	15:30h às 16:15h
aula 10	16:15h às 17:00h
Encerramento do Dia de Treinamento	

TERMO DE REFERÊNCIA ITEM 02

As Avaliações Psicológicas previstas no item 02, serão desenvolvidas de acordo com a programação elaborada pela Administração Pública sendo realizada com fiel cumprimento de todas os parâmetros atuais

DA JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

Considerando a Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Armamento), regulamentada pelo Decreto-Lei nº 5.123/2004, que dispõe em seu Artigo 43, que todos os Profissionais Guardas Civis Municipais deverão ser submetidos, a cada 02 (dois) anos, o teste de capacidade psicológica, sendo que o Psicólogo deverá ser credenciado no Departamento de Polícia Federal, conforme preceitua o § 3º do Artigo 6º da Instrução Normativa 23, de 01 de setembro de 2005, deste Departamento, requer a contratação conforme abaixo:

1-) DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

A execução dos serviços contratados deverá obedecer aos seguintes critérios:

1.1. A CONTRATADA deverá realizar a avaliação psicológica para a habilitação/renovação do porte de arma de fogo para Guardas Civis Municipais.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1.2. A Avaliação Psicológica para Porte de Arma de Fogo Funcional, deverá ser realizada exclusivamente em clínica credenciada pela Polícia Federal, que deverão ser aplicados e corrigidos de acordo com as normas técnicas previstas pelo Conselho Federal de Psicologia e em conformidade com as métricas estabelecidas pela Polícia Federal para o emprego de arma de fogo, atendendo a IN 78/2014. O local da realização das avaliações deverá ser na cidade de Ribeirão Pires- SP, preferencialmente, ou em outra localidade, desde que a prestadora disponibilize meios de transporte para o deslocamento dos servidores quando o local de aplicação estiver a mais de 25km de raio da cidade de Ribeirão Pires.

1.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma sala de espera para os Guardas Civis Municipais na data da realização das avaliações.

1.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar horários conforme a necessidade da GCM.

1.5. A CONTRATADA deverá entregar laudo psicológico no local especificado pela contratante.

O laudo psicológico deverá ser único por Guarda Civil Municipal e conter:

- Identificação da clínica com nome e CPF do responsável;
- Identificação do avaliado;
- Resultado da avaliação;
- Local e data;
- Nome do psicólogo;
- Número CRP;
- CPF do avaliado;
- Carimbo com assinatura.

1.6. O prazo para entrega dos laudos psicológicos será de até 30 (trinta) dias após a realização da avaliação pela CONTRATADA.

1.7. A avaliação psicológica para o porte e manuseio de arma de fogo deve atender aos critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº78/2014 do Departamento de Polícia Federal (IN-DPF nº78/2014) e as resoluções e normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). E só poderá ser realizado EXCLUSIVAMENTE por psicólogo(a) comprovadamente credenciado(a) junto ao Departamento de Polícia Federal e com o registro profissional ativo no Conselho Regional de Psicologia.

1.8. A bateria de instrumentos de avaliação psicológicas utilizadas na aferição das características de personalidade e habilidades específicas dos usuários de arma de fogo deverá contar com, no mínimo: 01 teste projetivo, 01 teste expressivo, 01 teste psicométrico de personalidade, 01 teste de memória, 01 teste de atenção concentrada, 01 teste de atenção difusa, 01 teste de inteligência e 01 entrevista semiestruturada, conforme critérios estabelecidos na IN-DPF nº78/2014 e na Resolução nº01/2022 do Conselho Federal de Psicologia;

1.9. Os testes psicológicos devem ser adequados ao público alvo, de acordo com a escolaridade (do nível primário até o nível superior) e a faixa etária dos avaliados (que pode ser de 18 até 74 anos). E deverão ser aplicados e corrigidos de acordo com as normas técnicas previstas nos respectivos manuais.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

1.10. Para cada servidor(a) avaliado (a), serão apresentados dois laudos. Um dos laudos resultantes da avaliação psicológica deverá considerar o interessado como APTO ou INAPTO para o manuseio de arma de fogo, sem mencionar os nomes dos instrumentos psicológicos utilizados e as características de personalidade aferidas, nos termos § 3º do Art. 4º e conforme Anexo II da IN-DPF nº78/2014.

1.11. A CONTRATADA deverá realizar novo teste (reteste), aos avaliados(as) considerados inaptos na avaliação psicológica, sem custos adicionais à CONTRATANTE e no prazo de até 30 (trinta) dias da avaliação, conforme IN-DPF nº78/2014;

1.12. A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, dar em garantia ou vincular de qualquer forma, total ou parcialmente, o objeto contratado a qualquer pessoa física ou jurídica, sem a prévia e expressa autorização da contratante, sendo que nenhuma cláusula de subcontratação poderá estabelecer qualquer vínculo ou compromisso, entre a contratante e a subcontratada.

1.13. A CONTRATADA sujeitar-se-á a fiscalização do objeto no ato da entrega, reservando-se à Guarda Civil Municipal o direito de não proceder ao recebimento, caso os mesmos não atendam às especificações exigidas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IV

MODELO DE DOCUMENTO DE CREDENCIAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

A empresa....., inscrita no CNPJ/CGC/MF sob o nº....., com sede em....., na Rua/Av., nº....., tendo como representante legal o(a) Sr(a)(citar o cargo), CREDENCIA o(a) SR.(a)....., portador da carteira de identidade nº....., para representá-la perante a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires - SP, na licitação nº...../...., outorgando-lhe expressos poderes para formulação de lances verbais, manifestação quanto à intenção de recorrer das decisões do pregoeiro, desistência e renúncia ao direito de interpor recursos e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame em referência.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO V

DECLARAÇÃO PRÉVIA DE HABILITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

A empresa _____ (razão social), inscrita no CNPJ sob o nº _____, e Inscrição Estadual nº _____, situada na _____ (endereço completo), neste ato representada pelo seu _____ (representante legal / sócio / procurador), o(a) Sr.(a) _____ (nome), portador do RG _____ e CPF _____, em atenção ao edital do Processo Licitatório supra mencionado, **DECLARA** o pleno atendimento aos requisitos de habilitação, estando ciente que, constatada a inveracidade de quaisquer das informações e/ou de documentos fornecidos, poderá sofrer as sanções previstas no artigo 7º da Lei 10.520/02.

(local, data)

.....
Nome/assinatura
Cargo

Observações:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, _____ de _____ de 2023.

(assinatura do representante legal)

Observações:

Declaração a ser emitida em papel de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá ser entregue ao Pregoeiro, **FORA DOS ENVELOPES**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO I

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2023**, promovido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, que:

- a) Não existe impedimentos para contratar com a Administração Municipal;
- b) Cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal
- c) que se obriga a manter durante todo o período de execução do Termo de Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação desde certame.
- d) Quem assinará o termo de contrato na hipótese de sagrar-se vencedor, conforme modelo do TCE:

Pelo CONTRATADO:

NOME: _____
CARGO: _____
CPF: _____ RG: _____
DATA DE NASCIMENTO: _____
E-MAIL INSTITUCIONAL: _____
E-MAIL PESSOAL: _____
TELEFONE CELULAR: _____
ENDEREÇO RESIDENCIAL COMPLETO: _____

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Observação:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá estar dentro **DO ENVELOPE “DOCUMENTOS”**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO II

PREGÃO PRESENCIAL N.º 121/2023

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “**Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação**”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação no edital de **PREGÃO PRESENCIAL N.º ____/2023**, promovido pela **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, que:

a) Possuir em seu quadro de funcionários, instrutores especializados nas matérias abaixo elencadas, sendo obrigatória a apresentação de documentos comprobatórios originais ou cópias autenticadas de certificados ou diplomas presenciais para todas as matérias relacionadas, no número mínimo de profissionais, como segue:

a.1) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores de Armamento e Tiro credenciados pelo Sistema Nacional de Armas (SINARM) do Ministério da Justiça - Departamento de Polícia Federal (DPF), conforme previsto na Lei 10.826/2003 e seus respectivos decretos, portarias e instruções normativas, inclusive a mais recente delas, a Portaria 9-CGCSP/DIREX/PF/DF, de 14 de abril de 2022, que disciplina a matéria de armamento e tiro nos cursos de formação (para os GCMs alunos) e requalificação (E.Q.P. para os GCMs já formados) para as Guardas Civis Municipais (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas de certificados de Instrutor de Armamento e Tiro da Polícia Federal);

a.2) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Procedimentos Operacionais, Abordagens e Uso Progressivo da Força, com certificações em Procedimentos Policiais e Cursos Táticos reconhecidos pelos Órgãos de Segurança Pública (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas dos certificados de Procedimentos Policiais e Cursos Táticos do Brasil ou do exterior);

a.3) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Direito e Legislação de Armamento com no mínimo bacharelado em direito, que será responsável pela ministração das aulas de Legislação Aplicada, Direitos Humanos e Legislação de Armamento (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Direito);

a.4) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Primeiros Socorros, sendo o profissional enfermeiro com registro válido no COREN (Conselho Regional de Enfermagem) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Enfermeiro e carteira do COREN);

a.5) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de Educação Física e Defesa Pessoal com licenciatura plena e habilitação pelo CREF (Conselho Regional de Educação Física) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Educação Física e carteira do CREF);

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

a.6) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Gerenciamento de Crise, com certificado de conclusão de curso presencial de Gerenciamento de Crise reconhecido pelos órgãos públicos de segurança (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do certificado de Gerenciamento de Crises ou Negociação de Reféns);

a.7) Possuir no mínimo 02 (dois) Instrutores para ministrar as aulas de APH Tático (Atendimento Pré-Hospitalar Tático), sendo o profissional capacitado nos cursos de APH Tático, Resgate de Operacional Ferido em Combate ou TC3 (Tactical Combat Casualty Care - Cuidado de Vítimas de Combate Tático) - comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do(s) certificado(s);

a.8) Possuir no mínimo 01 (um) Instrutor para ministrar as aulas de Psicologia com licenciatura plena e habilitação pelo CRP (Conselho Regional de Psicologia) - (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Psicologia e carteira do CRP) - este psicólogo terá a função exclusiva de ministrar aulas de Psicologia.

a.9) Apresentação de diploma ou certificado de nível superior com no mínimo Mestrado na área de Segurança Pública do responsável pela Direção ou Coordenação Geral do Curso (comprovação mediante apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas do diploma de Mestrado na área de Segurança Pública).

a.10) Disponibilizará Estande de Tiro e Clínica para realização da avaliação psicológica, devidamente regularizado pelos órgãos competentes, em um **raio máximo de 25 km (vinte e cinco quilômetros)** de distância da sede da Secretaria de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, situada na Avenida Kaethe Richers, 1.200 - Portal, Estância Turística de Ribeirão Pires / S.P, e caso a distância for maior, se responsabilizará integralmente pelo transporte dos alunos.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Observação:

Declaração a ser emitida de forma que identifique a proponente.
Esta declaração deverá estar dentro **DO ENVELOPE “DOCUMENTOS”**.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

TERMO N.º ____/2023 QUE TRATA DA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MINISTRAR “ESTÁGIO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (EQP) COM AVALIAÇÃO”, DESTINADO AOS GUARDAS CÍVIS MUNICIPAIS DE RIBEIRÃO PIRES.

Termo do Contrato firmado entre a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, e a empresa _____, que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação”, destinado aos Guardas Cíveis Municipais de Ribeirão Pires, oriundo do Pregão Presencial n.º 121/2023 e Processo de Compras n.º 4516/2023.

Aos _____ dias do mês de _____ de dois mil e vinte e três, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de Direito Público Interno, com sede no Paço Municipal, sito na Rua Miguel Prisco n.º 288, Centro, devidamente inscrita no C.N.P.J/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil, Sr. Daniel Gonçalves do Carmo Júnior e, de outro lado a empresa _____, estabelecida na Rua _____, _____, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ____/____-____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr(a) _____, portador da Cédula de Identidade (RG) n.º _____, devidamente inscrito no CPF/MF sob o n.º _____, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam o presente Termo de Contrato, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes neste contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. A CONTRATADA, nos termos do presente, obriga-se a ministrar “Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação”, destinado aos Guardas Cíveis Municipais de Ribeirão Pires, conforme descrição constante dos anexos, que fazem parte integrante deste Termo de Contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS PREÇOS

2.1. Com a execução dos serviços objeto do presente Contrato, a CONTRATADA receberá as quantias individuais, constantes de sua proposta readequada, inserta às fls. ____, do Processo de Compras n.º 4516/2023, perfazendo um total para o presente Termo de Contrato de **R\$** _____ (_____).

2.2. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta da dotação orçamentária da seguinte Natureza de Despesa: 3.3.90.39.00 (Outro Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica) do Orçamento da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires correspondente ao exercício de 2023 e exercício vindouro.

2.3. Nos preços cotados deverão estar computados todos os custos básicos, diretos e indiretos, bem como encargos sociais e trabalhistas e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o objeto ofertado, tais como frete, combustível, embalagens, e demais concernentes à plena e satisfatória entrega do objeto no prazo estipulado.

2.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato atualizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo da vigência será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste termo, prorrogáveis conforme a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, caso haja concordância entre as partes.

3.2. Os preços serão fixos e irreajustáveis durante o período contratual de 12 (doze) meses. Após esse período, caso necessário, poderá ocorrer prorrogação e os preços poderão ser objeto de atualização financeira, desde que a prorrogação não ocorra por culpa da CONTRATADA, hipótese, na qual, será aplicada o IPC-FIPE.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ser efetuada de acordo com a solicitação escrita enviada pela CONTRATANTE.

4.2. A CONTRATADA deverá fornecer a respectiva Nota Fiscal/Recibo, devidamente acompanhado da solicitação de prestação do serviço, que será conferida por funcionários responsáveis da CONTRATANTE.

4.3. A prestação dos serviços deverá obedecer às discriminações constantes dos anexos do edital ao qual se refere o presente Termo.

4.4. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

4.5. Será rejeitada a Nota Fiscal/Recibo emitida caso se constate divergência nos serviços solicitados pela CONTRATANTE.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal.

5.1.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária da CONTRATADA, que deverá fornecer seu número por escrito.

5.2. Não será admitido no curso do contrato, aumento ou reajuste de preços com periodicidade inferior a um ano, quaisquer que sejam os motivos alegados pela licitante vencedora, salvo em alguns casos de criação, alteração, extinção de tributos, encargos legais ou pela superveniência de disposições legais que comprovadamente tenham repercussão nos preços contratados, implicando a revisão destes para mais ou para menos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES

6.1. DA CONTRATADA:

6.1.1. Prestar esclarecimentos que forem necessários à CONTRATANTE.

6.1.2. Designar um responsável que esteja apto a responder pela execução dos serviços, bem como representá-lo junto à CONTRATANTE durante toda a vigência da avença.

6.1.3. Acatar as exigências da CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.4. Responder pelo sigilo de todas as informações a que tiver acesso em decorrência da execução do contrato, abrangendo documentação, comunicações e quaisquer outras.

6.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do contrato.

6.1.6. Manter-se durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições exigidas na época da contratação.

6.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. A CONTRATANTE registrará as deficiências porventura existentes na execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

6.2.2. Aprovar a execução dos serviços;

6.2.3. Efetuar os pagamentos da forma estabelecida na Cláusula Quarta;

6.2.4. Indicar funcionário da Prefeitura para representá-la, e que também fiscalizará a execução dos serviços;

6.2.5. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte da CONTRATADA das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, será aplicado segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87, 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10 % (dez por cento) do valor do contrato.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

7.2. Declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

7.3. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

7.4. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, por período não superior a 02 (dois) anos.

CLÁUSULA OITAVA – DA SEGURANÇA DO TRABALHO

8.1. A CONTRATADA deve obedecer em seu trabalho, às determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3214 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

8.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados no Contrato, deverão estar uniformizados, com roupas profissionais e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

8.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

8.1.3. Transmitir-lhes claramente as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

8.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

8.2. Das obrigações da CONTRATADA:

8.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas às peculiaridades dos serviços;

8.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

8.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

8.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

8.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

8.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pela obra ou serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1. São causas de rescisão contratual por ato unilateral e escrito da Administração os casos abaixo enumerados:

9.1.1. Descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

9.1.2. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.1.3. Lentidão no cumprimento do contrato, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão dos serviços, nos prazos estipulados;

9.1.4. Atrasos injustificados no início dos serviços;

9.1.5. Paralisação injustificada da execução dos serviços;

9.1.6. Subcontratação total do seu objeto, sem a prévia autorização da CONTRATANTE por escrito;

9.1.7. Desentendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores.

9.1.8. Cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.9. Decretação de falência ou a instalação de insolvência civil;

9.1.10. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

9.1.11. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

9.1.12. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

9.2. É permitida a rescisão amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo a que se refere o contrato, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.

9.3. Constituem as causas da rescisão do contrato:

9.3.1. A supressão por parte da CONTRATANTE de obras ou serviços acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido;

9.3.2. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE decorrentes dos serviços, ou parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, caso em que sua decisão deverá ser comunicada por escrito à CONTRATANTE;

9.4. Nos casos de rescisão, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados quando por esta.

9.5. O descumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos, acarretará seguintes consequências.

9.5.1. Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da CONTRATANTE;

9.5.2. Ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessário a sua continuidade;

9.5.3. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

9.6. Constitui causa de suspensão do contrato:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

9.6.1. A ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizam o mesmo prazo. Independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até, que seja normalizada a situação.

CLÁUSULA DÉCIMA – FORÇA MAIOR

10.1. A parte que não estiver em mora não será responsabilizada pelo não cumprimento de suas obrigações, quando motivada por caso fortuito ou motivo de força maior nos termos do artigo 393 e seu parágrafo único do Novo Código Civil Brasileiro, sendo considerados como caso fortuito os eventos de natureza e, como motivos de força maior, os oriundos de atos praticados por terceiros e que comprovadamente independem da vontade das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Termo de Contrato reger-se-á segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93, pelas suas cláusulas, pelo edital de **Pregão Presencial N.º 121/2023** e pela proposta da CONTRATADA, inserta às fls. _____, bem como, da fase de lance de preços inserta às fls. _____, do Processo de Compras n.º 4516/2023.

9.2. Constatando-se erro na Nota Fiscal emitida, a CONTRATANTE reserva-se no direito de devolvê-la, considerando, para fins de pagamento, a data de recebimento da Nota Fiscal devidamente corrigida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Para solução de quaisquer questões ou controvérsias relacionadas com o presente Termo de Contrato, fica desde já eleito o foro da comarca de Ribeirão Pires, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo de Contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e para o mesmo fim, juntamente com as testemunhas ao final nomeadas.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE _____ DE 2023.

DANIEL GONÇALVES DO CARMO JÚNIOR
Secretário de Segurança Urbana, Mobilidade e Defesa Civil

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1) _____
RG:

2) _____
RG:

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Anexo X

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço para ministrar “Estágio de Qualificação Profissional (EQP) com avaliação”, destinado aos Guardas Civis Municipais de Ribeirão Pires.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade: _____
Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

ANEXO XI

**DECRETO DE NOMEAÇÃO DO PREGOEIRO
E EQUIPE DE APOIO**